

Valerio de Oliveira
Mazzuoli

**CURSO DE DIREITO
INTERNACIONAL
PÚBLICO**

9.^a edição revista, atualizada e ampliada

THOMSON REUTERS
**REVISTA DOS
TRIBUNAIS™**

Curso de Direito Internacional Público

9.ª edição revista, atualizada e ampliada

VALERIO DE OLIVEIRA MAZZUOLI



1.ª edição: 2006 – 2.ª edição: 2007 – 3.ª edição: 2009 – 4.ª edição: 2010 – 5.ª edição: 2011 – 6.ª edição: 2012 –
7.ª edição: 1.ª tiragem: fevereiro de 2013; 2.ª tiragem: abril de 2013 – 8.ª edição: 2014.

© desta edição [2015]

EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA.

MARISA HARMS
Diretora responsável

Rua do Bosque, 820 – Barra Funda
Tel. 11 3613-8400 – Fax 11 3613-8450
CEP 01136-000 – São Paulo, SP, Brasil

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfílmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos, do Código Penal), com pena de prisão e multa, conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

CENTRAL DE RELACIONAMENTO RT
(atendimento, em dias úteis, das 8 às 17 horas)
Tel. 0800-702-2433

e-mail de atendimento ao consumidor: sac@rt.com.br

Visite nosso *site*: www.rt.com.br

Impresso no Brasil [12-2014]
Universitário [texto]
Fechamento desta edição: [15.12.2014]



ISBN 978-85-203-5806-1

SUMÁRIO

NOTA DO AUTOR À 9. ^a EDIÇÃO.....	10
NOTA DO AUTOR À 8. ^a EDIÇÃO.....	13
NOTA DO AUTOR À 7. ^a EDIÇÃO.....	15
NOTA DO AUTOR À 6. ^a EDIÇÃO.....	17
NOTA DO AUTOR À 5. ^a EDIÇÃO.....	19
NOTA DO AUTOR À 4. ^a EDIÇÃO.....	21
NOTA DO AUTOR À 3. ^a EDIÇÃO.....	23
NOTA DO AUTOR À 2. ^a EDIÇÃO.....	25
NOTA DO AUTOR À 1. ^a EDIÇÃO.....	27
ABREVIATURAS E SIGLAS USADAS.....	55

PARTE I

TEORIA GERAL DO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO AO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

Seção I – A Sociedade Internacional.....	61
1. O que é o Direito Internacional Público?.....	61
2. Sociedade e comunidade.....	62
3. Origem jurídica da sociedade internacional.....	66
Seção II – Gênese e Estado Atual do Direito Internacional Público.....	69
1. Introdução.....	69
2. Origens históricas do Direito Internacional Público.....	69
3. As tendências evolutivas do Direito Internacional.....	73

4. O Direito Internacional Público nos dias atuais	77
5. O ensino do Direito Internacional Público	78
Seção III – Conceito, Denominações e Divisões.....	80
1. Conceito	80
a) <i>Crítério dos sujeitos intervenientes</i>	82
b) <i>Crítério das matérias reguladas</i>	82
c) <i>Crítério das fontes normativas</i>	82
2. Denominações	85
3. Divisões.....	87
4. Aplicação internacional e interna.....	88

CAPÍTULO II

RELAÇÕES ENTRE O DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO E O
DIREITO INTERNO ESTATAL

1. Propositura do problema.....	91
2. Dualismo	92
3. Críticas à doutrina dualista.....	97
4. Monismo.....	98
a) <i>Monismo nacionalista</i>	100
b) <i>Monismo internacionalista</i>	103
c) <i>Monismo internacionalista dialógico</i>	108
5. Doutrinas conciliatórias.....	110
6. As relações entre o Direito Internacional e o Direito interno no direito constitucional comparado	111
a) <i>Cláusulas de adoção das regras do Direito Internacional pelo Direito interno sem disposição de primazia</i>	111
b) <i>Cláusulas de adoção das regras do Direito Internacional pelo Direito interno com a primazia do primeiro</i>	113
c) <i>Cartas Constitucionais que não contêm disciplinamento acerca das relações entre o Direito Internacional e o Direito interno</i>	117

CAPÍTULO III

FUNDAMENTO DO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

1. Introdução	119
2. Doutrinas.....	120
a) <i>Doutrina voluntarista</i>	120
b) <i>Doutrina objetivista</i>	122
3. Fundamento do Direito Internacional na norma <i>pacta sunt servanda</i>	122

CAPÍTULO IV

FONTES DO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

Seção I – Fontes Primárias	127
----------------------------------	-----

1. Introdução	127
2. Fontes materiais e formais	128
3. Rol originário das fontes do Direito Internacional Público	130
4. Os tratados internacionais.....	133
5. O costume internacional.....	134
a) <i>Conceito de costume internacional</i>	136
b) <i>Elementos formadores do costume</i>	136
b.1) <i>Elemento material ou objetivo</i>	137
b.2) <i>Elemento psicológico ou subjetivo</i>	138
c) <i>Processos (clássico e contemporâneo) de formação do costume</i>	139
d) <i>Extensão geográfica do costume</i>	140
e) <i>Hierarquia entre costumes e tratados internacionais</i>	141
f) <i>Prova do costume</i>	142
g) <i>Interpretação do costume</i>	144
h) <i>O problema dos novos Estados</i>	145
i) <i>A (im)possibilidade jurídica da teoria do “objeto persistente”</i>	146
j) <i>Aplicação direta do costume internacional na ordem interna</i>	147
6. Os princípios gerais de direito	148
Seção II – Meios Auxiliares e Novas Fontes	152
1. Introdução	152
2. Jurisprudência	153
3. Doutrina dos publicistas	156
4. Analogia e equidade	158
5. Atos unilaterais dos Estados.....	160
a) <i>Atos autonormativos</i>	164
b) <i>Atos heteronormativos</i>	165
6. Decisões das organizações internacionais	166
7. Obrigações <i>erga omnes</i> , <i>jus cogens</i> e <i>soft law</i>	173
a) <i>As obrigações erga omnes</i>	174
b) <i>O jus cogens internacional</i>	177
c) <i>O fenômeno da soft law na atualidade</i>	183

CAPÍTULO V DIREITO DOS TRATADOS

Seção I – O Direito dos Tratados na Convenção de Viena de 1969.....	189
1. Introdução	189
2. Antecedentes históricos.....	190
3. A Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados.....	192
4. Desmembrando o conceito de tratado internacional	196
a) <i>Acordo internacional</i>	197
b) <i>Celebrado por escrito</i>	199
c) <i>Concluído entre Estados ou organizações internacionais</i>	200

d) Regido pelo Direito Internacional.....	203
e) Celebrado em instrumento único ou em dois ou mais instrumentos conexos	204
f) Ausência de denominação específica.....	204
5. Terminologia dos tratados.....	205
a) Tratado	206
b) Convenção.....	207
c) Pacto	207
d) Acordo.....	207
e) Acordo por troca de notas.....	208
f) Acordo em forma simplificada ou acordo do executivo	208
g) “Gentlemen’s agreements”	209
h) Carta	210
i) Protocolo.....	210
j) Ato ou ata.....	211
k) Declaração.....	211
l) “Modus vivendi”	211
m) Arranjo.....	212
n) Concordata.....	212
o) Reversais ou notas reversais	212
p) Ajuste ou acordo complementar.....	213
q) Convênio.....	213
r) Compromisso	213
s) Estatuto.....	213
t) Regulamento.....	213
u) Código.....	213
v) Constituição	214
x) Contrato.....	214
6. Estrutura dos tratados.....	214
a) o título	215
b) o preâmbulo ou exórdio.....	215
c) o articulado (ou dispositivo)	215
d) o fecho.....	215
e) a assinatura.....	216
f) o selo de lacre.....	216
7. Classificação dos tratados.....	216
a) Quanto ao número de partes	217
b) Quanto ao tipo de procedimento utilizado para a sua conclusão.....	219
c) Quanto à possibilidade de adesão	222
d) Quanto à natureza jurídica	222
e) Quanto à execução no tempo	226
f) Quanto à execução no espaço.....	227
g) Quanto à estrutura da execução	227

8. Processo de formação dos tratados	228
9. Desmembrando as fases internacionais da formação dos tratados	233
a) <i>As negociações preliminares</i>	234
b) <i>A adoção do texto</i>	237
c) <i>A autenticação</i>	239
d) <i>A assinatura</i>	241
e) <i>A ratificação</i>	246
f) <i>A adesão</i>	261
10. Reservas aos tratados multilaterais	265
a) <i>Conceito e formulação das reservas</i>	266
b) <i>Limites às reservas</i>	267
c) <i>Procedimento das reservas</i>	270
d) <i>Distinção entre reservas e outros atos não reservativos</i>	271
e) <i>Aceitação e objeção das reservas</i>	272
f) <i>Efeitos das reservas</i>	273
g) <i>O problema das reservas e das emendas no âmbito interno</i>	274
11. Emendas e modificações aos tratados	278
12. Entrada em vigor e aplicação provisória dos tratados	281
a) <i>Entrada em vigor dos tratados</i>	281
b) <i>Aplicação provisória dos tratados</i>	282
13. Registro e publicidade dos tratados	283
14. Observância e aplicação dos tratados	286
a) <i>Observância (ou cumprimento) dos tratados</i>	286
b) <i>Aplicação dos tratados (no tempo e no espaço)</i>	292
15. Interpretação dos tratados	294
a) <i>Regra geral de interpretação</i>	295
b) <i>Meios suplementares de interpretação</i>	298
c) <i>Interpretação de tratados autenticados em duas ou mais línguas</i>	299
d) <i>Sistemas de interpretação</i>	300
d.1) <i>Interpretação internacional</i>	300
d.2) <i>Interpretação interna</i>	302
d.3) <i>Interpretação doutrinária</i>	302
e) <i>A interpretação dos tratados de direitos humanos</i>	302
16. Os tratados e os terceiros Estados	303
a) <i>Efeito difuso de reconhecimento de uma situação jurídica objetiva</i>	304
b) <i>Efeito de fato de repercussão sobre terceiro Estado das consequências de um tratado</i>	305
c) <i>Efeito jurídico na atribuição de obrigações e na concessão de direitos a terceiros Estados</i>	306
c.1) <i>Tratados que criam obrigações para terceiros Estados</i>	306
c.2) <i>Tratados que criam direitos para terceiros Estados</i>	307
17. Vícios do consentimento e nulidade dos tratados	308
a) <i>Anulabilidade do consentimento</i>	310
b) <i>Nulidade do consentimento</i>	311

c) <i>Nulidade dos tratados</i>	312
18. O <i>jus cogens</i> e o tema da nulidade dos tratados	315
a) <i>Conflito entre tratado e norma de jus cogens anterior</i>	316
b) <i>Conflito entre tratado e norma de jus cogens posterior</i>	318
c) <i>Conflito entre tratado e norma de jus cogens existente antes da entrada em vigor da Convenção de Viena</i>	320
d) <i>Procedimento relativo à nulidade ou extinção de tratado em conflito com norma de jus cogens</i>	321
19. A inconstitucionalidade dos tratados	322
a) <i>Concepção constitucionalista</i>	323
b) <i>Concepção internacionalista</i>	325
c) <i>Concepção conciliatória</i>	326
d) <i>A solução adotada pela Convenção de Viena de 1969</i>	326
20. O conflito entre tratados sucessivos	332
21. Extinção dos tratados	336
a) <i>Expiração do termo pactuado</i>	338
b) <i>Condição resolutiva</i>	338
c) <i>Execução integral do objeto do tratado</i>	339
d) <i>O tratado posterior</i>	340
e) <i>Violação grave do tratado</i>	340
f) <i>Impossibilidade superveniente e mudança fundamental das circunstâncias</i>	342
g) <i>Rompimento das relações diplomáticas e consulares</i>	345
h) <i>O estado de guerra</i>	345
i) <i>Suspensão da execução de um tratado em virtude de suas disposições ou pelo consentimento das partes</i>	346
22. A denúncia dos tratados	347
a) <i>A denúncia na Convenção de Viena de 1969</i>	347
b) <i>O problema da denúncia no Direito interno brasileiro</i>	351
23. Consequências do consentimento viciado, da nulidade, extinção e suspensão da execução de um tratado	357
24. A questão dos memorandos de entendimentos (MOUs)	358
a) <i>A redação dos memorandos</i>	360
b) <i>Inexistência de aprovação parlamentar</i>	360
c) <i>Falta de registro nas Nações Unidas</i>	361
d) <i>Confidencialidade</i>	361
e) <i>Conclusão sobre a sua natureza jurídica</i>	362
Seção II – O Direito dos Tratados na Convenção de Viena de 1986	362
1. Introdução	362
2. Histórico e situação atual da Convenção de 1986.....	363
3. Similitude entre as convenções de 1969 e de 1986.....	364
4. Capacidade das organizações internacionais para concluir tratados.....	365

5. Alguns tratados abrangidos pela Convenção de 1986	366
a) <i>Acordos de sede</i>	366
b) <i>Acordos sobre privilégios e imunidades</i>	366
c) <i>Acordos para a instalação de órgãos vinculados à organização em Estados</i>	367
d) <i>Acordos para a realização de encontros e promoção de cooperação entre organizações internacionais</i>	367
e) <i>Acordos para a realização de conferências de organizações internacionais em Estados</i>	367
Seção III – Processualística Constitucional de Celebração de Tratados no Brasil	368
1. Introdução	368
2. A Constituição brasileira de 1988 e o poder de celebrar tratados	371
3. O relacionamento entre os poderes Executivo e Legislativo no processo de conclusão de tratados	379
4. O papel do Congresso Nacional no processo de celebração de tratados	386
5. Procedimento interno nas casas do Congresso Nacional	392
6. Prática brasileira para a entrada em vigor dos tratados	394
7. Efeitos da internalização dos tratados na ordem jurídica nacional	404
8. Autoridades públicas responsáveis pela execução dos tratados.....	405
Seção IV – O Conflito entre Tratado e Norma de Direito Interno.....	406
1. O caso brasileiro	406
2. Paridade normativa dos tratados comuns declarada pelo STF	409
3. Nosso posicionamento frente à posição do STF	414
4. O controle jurisdicional da convencionalidade das leis	419
a) <i>A doutrina do controle de convencionalidade no sistema interamericano</i>	421
b) <i>O controle de convencionalidade no Direito brasileiro</i>	425
b.1) <i>Controle concentrado de convencionalidade</i>	426
b.2) <i>Controle difuso de convencionalidade</i>	428
Seção V – Dos Tratados em Matéria Tributária.....	431
1. Propositura do problema.....	431
2. O art. 98 do Código Tributário Nacional.....	432
3. A questão das isenções de tributos estaduais e municipais por meio de tratados	437

CAPÍTULO VI

CODIFICAÇÃO DO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

1. Introdução	441
2. Propósito da codificação.....	441
3. A regra da Carta da ONU.....	442
4. Tentativas de codificação do Direito Internacional Público	444

5. Estado atual da codificação do Direito Internacional Público	445
Plano da Parte II	446

PARTE II PERSONALIDADE JURÍDICA INTERNACIONAL

CAPÍTULO I OS SUJEITOS DO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

1. Introdução	449
2. Classificação dos sujeitos	451
3. Os Estados.....	451
4. Coletividades interestatais.....	453
5. Coletividades não estatais.....	454
a) <i>Beligerantes</i>	454
b) <i>Insurgentes</i>	454
c) <i>Os movimentos de libertação nacional</i>	455
d) <i>A Soberana Ordem Militar de Malta</i>	456
6. A Santa Sé e o Estado da Cidade do Vaticano	457
a) <i>A Santa Sé</i>	458
b) <i>O Estado da Cidade do Vaticano</i>	463
c) <i>A questão das concordatas</i>	466
7. Comitê Internacional da Cruz Vermelha	468
a) <i>Gênese</i>	468
b) <i>Funcionamento</i>	468
c) <i>Natureza jurídica</i>	469
8. Os indivíduos	470
9. Sujeitos não formais do Direito Internacional	476
a) <i>Empresas transnacionais</i>	477
b) <i>A mídia global</i>	478
10. Plano dos capítulos seguintes.....	479

CAPÍTULO II O ESTADO NO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

Seção I – Formação e Extinção do Estado	481
1. Introdução	481
2. Conceito e elementos constitutivos do Estado.....	482
a) <i>Comunidade de indivíduos</i>	483
b) <i>Território fixo e determinado</i>	486
c) <i>Governo autônomo e independente</i>	489
d) <i>Finalidade</i>	491
3. Formação do Estado	492

a) <i>Fundação direta</i>	493
b) <i>Emancipação</i>	493
c) <i>Separação ou desmembramento</i>	493
d) <i>Fusão</i>	495
4. Reconhecimento de Estado e de governo	495
a) <i>Individual ou coletivo</i>	501
b) <i>De direito (de jure) ou de fato (de facto)</i>	502
c) <i>Expresso ou tácito</i>	503
d) <i>Incondicionado ou condicionado</i>	503
e) <i>Reconhecimentos especiais</i>	504
e.1) <i>Reconhecimento de beligerância</i>	504
e.2) <i>Reconhecimento de insurgência</i>	506
e.3) <i>Reconhecimento como Nação</i>	506
e.4) <i>Reconhecimento de governo</i>	507
a) <i>Doutrina Tobar</i>	509
b) <i>Doutrina Estrada</i>	510
5. Classificação dos Estados	511
5.1 <i>Estados simples ou unitários</i>	511
5.2 <i>Estados compostos</i>	512
5.2.1) <i>Estados compostos por coordenação</i>	513
a) <i>União Pessoal</i>	513
b) <i>União Real</i>	514
c) <i>União Incorporada</i>	515
d) <i>Confederação de Estados</i>	516
e) <i>Estado Federal</i>	517
f) <i>Associações "sui generis"</i>	520
5.2.2) <i>Estados compostos por subordinação</i>	521
a) <i>Estados vassalos</i>	521
b) <i>Estados protegidos ou protetorados</i>	522
c) <i>Estados clientes</i>	524
d) <i>Territórios não autônomos</i>	524
e) <i>Territórios sob tutela</i>	526
f) <i>Estados permanentemente neutros</i>	528
6. Extinção dos Estados	528
a) <i>Anexação total</i>	529
b) <i>Anexação parcial</i>	530
c) <i>Fusão</i>	530
d) <i>Divisão ou desmembramento</i>	530
7. Sucessão de Estados	530
a) <i>Efeitos da sucessão quanto aos tratados</i>	532
b) <i>Efeitos da sucessão quanto à nacionalidade</i>	533
c) <i>Efeitos da sucessão quanto às obrigações financeiras</i>	534
d) <i>Efeitos da sucessão quanto à legislação interna</i>	536

e) <i>Efeitos da sucessão quanto ao domínio do Estado</i>	536
f) <i>Efeitos da sucessão quanto à participação em organizações internacionais</i>	537
8. Sucessão de organizações internacionais.....	537
Seção II – Domínio Terrestre do Estado	539
1. Introdução	539
2. Conceito e natureza	540
3. Fronteiras e limites.....	540
4. Modos de aquisição de território	545
a) <i>Ocupação</i>	546
b) <i>Acessão</i>	547
c) <i>Cessão</i>	548
d) <i>Prescrição aquisitiva</i>	550
e) <i>Conquista e anexação</i>	552
Seção III – Direitos e Deveres dos Estados	554
1. Introdução	554
2. Direitos básicos dos Estados	554
a) <i>Direito de conservação e defesa</i>	555
b) <i>Direito à liberdade e à soberania</i>	557
c) <i>Direito à igualdade</i>	562
d) <i>Direito ao comércio internacional</i>	564
3. Restrições aos direitos fundamentais dos Estados	564
a) <i>Capitulações</i>	564
b) <i>Garantias internacionais</i>	566
c) <i>Servidões internacionais</i>	566
d) <i>Concessões</i>	567
e) <i>Arrendamento de território</i>	567
f) <i>Condomínio</i>	569
g) <i>Neutralidade permanente</i>	570
h) <i>Neutralização de territórios</i>	571
4. Deveres dos Estados	571
a) <i>Deveres morais</i>	572
b) <i>Deveres jurídicos</i>	572
5. O dever de não intervenção	573
6. A doutrina Monroe	575
7. A doutrina Drago.....	576
Seção IV – Imunidade à Jurisdição e à Execução Estatal.....	578
1. Introdução	578
2. Diplomacia e serviço consular	579
3. Prerrogativas e imunidades diplomáticas.....	580
a) <i>Prerrogativas e imunidades da missão</i>	581

b) <i>Privilégios e imunidades dos agentes diplomáticos</i>	582
b.1) <i>Inviolabilidade pessoal e domiciliar</i>	583
b.2) <i>Imunidade jurisdicional</i>	583
b.3) <i>Isenção fiscal</i>	585
4. Imunidade penal do pessoal da missão diplomática	587
5. Privilégios e imunidades consulares	592
6. Imunidade de jurisdição do Estado	594
7. O abuso da imunidade diplomática	602
8. Imunidade de jurisdição do Estado em matéria trabalhista	603
9. Imunidade de execução	609
a) <i>Dos agentes do Estado</i>	610
b) <i>Dos organismos internacionais</i>	610
c) <i>Do próprio Estado</i>	611
Seção V – Responsabilidade Internacional dos Estados	613
1. Introdução	613
2. Projeto de convenção internacional da ONU	614
3. Conceito de responsabilidade internacional	615
4. Características da responsabilidade internacional	617
5. Proteção diplomática	618
6. Elementos constitutivos da responsabilidade	621
a) <i>O ato internacionalmente ilícito</i>	621
b) <i>A imputabilidade ou nexa causal</i>	622
c) <i>O prejuízo ou dano</i>	623
7. Formas de responsabilidade internacional	624
8. Natureza jurídica da responsabilidade internacional	625
9. Órgãos internos e responsabilidade internacional	626
a) <i>Atos do Executivo</i>	627
b) <i>Atos do Legislativo</i>	629
c) <i>Atos do Judiciário</i>	631
d) <i>Atos dos indivíduos</i>	633
10. Prévio esgotamento dos recursos internos	634
11. Apresentação de reclamações	636
12. Excludentes da responsabilidade	637
a) <i>Consentimento do Estado</i>	638
b) <i>Legítima defesa</i>	638
c) <i>Contramedidas</i>	639
d) <i>Força maior</i>	639
e) <i>Perigo extremo</i>	640
f) <i>Estado de necessidade</i>	640
g) <i>Renúncia do indivíduo lesado</i>	640

13. Meios de reparação pela violação de uma obrigação internacional.....	641
Seção VI – Órgãos dos Estados nas Relações Internacionais.....	642
1. Introdução	642
2. Chefes de Estado.....	643
3. Ministro das Relações Exteriores	646
4. Agentes diplomáticos.....	648
5. Os cônsules e funcionários consulares.....	652
6. Delegações junto às organizações internacionais	655

CAPÍTULO III

AS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS INTERGOVERNAMENTAIS

Seção I – Teoria Geral das Organizações Internacionais.....	657
1. Introdução	657
2. Definição.....	660
3. Características	662
4. Classificação	664
5. Personalidade jurídica internacional	666
6. Processo decisório	668
a) <i>Sistema da unanimidade</i>	669
b) <i>Sistema da dissidência</i>	669
c) <i>Sistema do voto ponderado</i>	669
d) <i>Sistema da maioria simples e da maioria qualificada</i>	669
7. Diferenças de fundo.....	670
8. Sede da organização	671
9. Admissão de novos membros.....	671
10. Representação dos Estados-membros	674
11. Sanções aos Estados-membros.....	675
12. Retirada voluntária dos Estados-membros	676
13. Ordem jurídica das organizações internacionais.....	677
14. A questão das imunidades	678
15. O pessoal paradiplomático	681
Seção II – A Organização das Nações Unidas	682
1. Origem histórica.....	682
2. Propósitos e finalidades específicas das Nações Unidas	683
3. Membros das Nações Unidas.....	684
4. Segurança coletiva e supremacia da Carta da ONU	685
5. Os órgãos das Nações Unidas	686
a) <i>Assembleia Geral</i>	687
b) <i>Conselho de Segurança</i>	688
c) <i>Corte Internacional de Justiça</i>	691

d) Conselho Econômico e Social.....	692
e) Conselho de Tutela.....	694
f) Secretariado.....	694
6. Organismos especializados.....	695
a) Organismos internacionais de cooperação econômica:.....	696
a.1) Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD ou Banco Mundial) e o Fundo Monetário Internacional (FMI).....	696
a.2) Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO)	697
a.3) Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (ONUDI) ..	697
a.4) Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI)	697
a.5) Organização Mundial do Comércio (OMC).....	698
b) Organismos internacionais de cooperação social:.....	699
b.1) Organização Internacional do Trabalho (OIT)	699
b.2) Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).....	699
b.3) Organização Mundial de Saúde (OMS)	700
c) Organismos internacionais de cooperação em comunicações:.....	700
c.1) União Internacional de Telecomunicações (UIT)	700
c.2) Organização da Aviação Civil Internacional (OACI).....	701
c.3) União Postal Universal (UPU)	701
c.4) Organização Marítima Internacional (OMI)	701
d) Organismos internacionais de finalidade específica:.....	702
d.1) Organização Meteorológica Mundial (OMM)	702
d.2) Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA)	702
d.3) Organização Mundial do Turismo (OMT)	703
d.4) Organização para a Proibição de Armas Químicas (OPAQ).....	703
7. Revisão da Carta da ONU.....	704
Seção III – Organizações Regionais e Supranacionais	705
1. Organizações regionais.....	705
2. Organizações supranacionais.....	706
3. A União Europeia	707
4. Mercado Comum do Sul (Mercosul)	710
5. União das Nações Sul-Americanas (Unasul).....	716
Seção IV – Organização dos Estados Americanos.....	720
1. Introdução	720
2. Estrutura da Carta da OEA.....	721
3. Natureza, propósitos e princípios	721
4. Membros da OEA.....	722
5. Direitos e deveres fundamentais dos Estados-partes da OEA	724
6. Solução pacífica de controvérsias	725
7. Órgãos da OEA	725
a) Assembleia Geral.....	725

b) <i>Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores</i>	726
c) <i>Os Conselhos</i>	727
d) <i>Comissão Jurídica Interamericana</i>	729
e) <i>Comissão Interamericana de Direitos Humanos</i>	730
f) <i>Secretaria-Geral</i>	730
8. Conferências especializadas	731
9. Organismos especializados	732

CAPÍTULO IV OS INDIVÍDUOS E O DIREITO INTERNACIONAL

Seção I – Nacionalidade do Indivíduo	733
1. Jurisdição do Estado	733
2. Conceito de nacionalidade	733
3. Nacionalidade e cidadania	737
4. Nacionalidade originária e adquirida	741
5. A nacionalidade de origem	749
a) <i>Jus sanguinis</i>	749
b) <i>Jus soli</i>	750
c) <i>Sistema misto</i>	750
6. Aquisição da nacionalidade	751
a) <i>Aquisição pelo casamento</i>	751
b) <i>Aquisição pela naturalização</i>	752
7. A nacionalidade brasileira	754
a) <i>Brasileiros natos</i>	755
b) <i>Brasileiros naturalizados</i>	766
8. Perda da nacionalidade brasileira	770
a) <i>Causas de perda da nacionalidade brasileira</i>	771
b) <i>Perda da nacionalidade do brasileiro nato</i>	772
c) <i>Perda da nacionalidade do brasileiro naturalizado</i>	774
9. Reaquisição da nacionalidade brasileira	777
10. Estatuto da igualdade entre brasileiros e portugueses	779
Seção II – Condição Jurídica do Estrangeiro	782
1. Conceito de estrangeiro	782
2. Admissão do estrangeiro no território nacional	783
3. Títulos de ingresso dos estrangeiros	785
4. Direitos dos estrangeiros	787
5. Exclusão do estrangeiro por iniciativa estatal	790
a) <i>Deportação</i>	790
b) <i>Expulsão</i>	792
6. Extradicação	799
a) <i>Conceito e entendimento</i>	800

<i>b) Fontes do direito extradicional</i>	801
<i>c) Natureza jurídica</i>	803
<i>d) Condições para a concessão</i>	803
<i>e) Modalidades de extradição</i>	804
<i>f) Extradição sem tratado</i>	805
<i>g) Procedimento extradicional no Brasil</i>	808
<i>h) Entrega do extraditando ao Estado requerente</i>	814
<i>i) Casos de vedação da extradição</i>	815
<i>j) O problema da prisão perpétua e da pena de morte</i>	817
7. Asilo territorial e asilo diplomático	819
<i>a) Asilo territorial</i>	819
<i>b) Asilo diplomático</i>	822
8. Refúgio	827
<i>a) Regulamentação internacional</i>	829
<i>b) Regulamentação interna</i>	831
Plano da Parte III	834

PARTE III DOMÍNIO PÚBLICO INTERNACIONAL

CAPÍTULO I ZONAS POLARES

1. Introdução	839
2. O Polo Norte	839
3. A Antártica	842

CAPÍTULO II O MAR

Seção I – Águas Interiores, Mar Territorial e Zona Contígua	845
1. Introdução	845
2. Águas interiores	848
3. Mar territorial	851
<i>a) Conceito</i>	852
<i>b) Passagem inocente</i>	853
<i>c) Delimitação</i>	855
4. Zona contígua	856
5. Estreitos	857
6. Canais internacionais	859
7. Estados Arquipélagos	860
8. Situação jurídica dos navios	861

a) <i>Embarcações públicas brasileiras</i> (ou a serviço oficial do Brasil)	863
b) <i>Embarcações privadas brasileiras</i> (ou públicas quando utilizadas para fins comerciais)	863
c) <i>Embarcações públicas estrangeiras</i> (ou a serviço oficial do governo estrangeiro)	863
d) <i>Embarcações privadas estrangeiras</i>	864
Seção II – Zona Econômica Exclusiva	864
1. Entendimento	864
2. Regulamentação internacional e interna	865
3. Direitos, deveres e jurisdição do Estado costeiro	866
4. Direitos de terceiros Estados	867
Seção III – Plataforma Continental e Fundos Marinhos	867
1. Plataforma continental	867
2. Fundos marinhos	870
Seção IV – Rios Internacionais	871
1. Conceito	871
2. Exercício da jurisdição estatal	874
3. Rio Amazonas e o Tratado da Bacia do Prata	874
4. Outros regimes internacionais	875
Seção V – O alto-mar	875
1. Importância da matéria	875
2. Conceito de alto-mar	876
3. O regime jurídico do alto-mar	877
a) <i>Liberdade de navegação e sobrevoo</i>	877
b) <i>Liberdade de pesca</i>	877
c) <i>Direito de efetuar instalações de cabos submarinos e oleodutos</i>	878
d) <i>Direito (limitado) de aproveitamento dos recursos existentes no fundo do mar e no subsolo correspondente</i>	878
4. Limites à liberdade do alto-mar	878
5. Acesso ao alto-mar pelos Estados sem litoral	879
6. Deveres dos Estados no alto-mar	880

CAPÍTULO III

O ESPAÇO AÉREO E EXTRA-ATMOSFÉRICO

Seção I – O Espaço Aéreo	883
1. Introdução	883
2. Normativa internacional	884
3. Princípios elementares	885
4. As cinco liberdades do ar	886
5. Situação jurídica das aeronaves	886
a) <i>Aeronaves públicas brasileiras</i> (ou a serviço oficial do Brasil)	888

<i>b) Aeronaves privadas brasileiras</i> (ou estatais que se destinam à atividade privada)	888
<i>c) Aeronaves públicas estrangeiras</i> (ou a serviço oficial do governo estrangeiro)	889
<i>d) Aeronaves privadas estrangeiras</i>	889
6. Segurança no ar	889
Seção II – O Espaço Extra-Atmosférico	889
1. Origens da regulamentação internacional	889
2. Natureza jurídica do espaço extra-atmosférico	890
3. Normativa internacional	891
Plano da Parte IV	982

PARTE IV
PROTEÇÃO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS
E DO MEIO AMBIENTE

CAPÍTULO I
PROTEÇÃO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

Seção I – O Direito Internacional dos Direitos Humanos	895
1. Generalidades	895
2. Direitos do homem, direitos fundamentais e direitos humanos	896
<i>a) Direitos do homem</i>	896
<i>b) Direitos fundamentais</i>	896
<i>c) Direitos humanos</i>	897
3. Características dos direitos humanos	899
<i>a) Historicidade</i>	899
<i>b) Universalidade</i>	900
<i>c) Essencialidade</i>	900
<i>d) Irrenunciabilidade</i>	900
<i>e) Inalienabilidade</i>	900
<i>f) Inexauribilidade</i>	900
<i>g) Imprescritibilidade</i>	900
<i>h) Vedação do retrocesso</i>	901
4. A questão das “gerações” (ou <i>dimensões</i>) de direitos	901
5. Críticas ao sistema geracional de direitos	903
6. Gênese do direito internacional dos direitos humanos	904
7. O Direito Internacional dos Direitos Humanos	907
8. Tratados internacionais de direitos humanos no Direito brasileiro	911
<i>a) As incongruências do § 3º do art. 5º da Constituição</i>	917
<i>b) Em que momento do processo de celebração de tratados tem lugar o § 3º do art. 5º da Constituição?</i>	922

c) <i>Hierarquia constitucional dos tratados de direitos humanos independentemente da entrada em vigor da Emenda nº 45/04</i>	928
d) <i>Hierarquia constitucional dos tratados de direitos humanos independentemente da data de sua ratificação (se anterior ou posterior à entrada em vigor da Emenda nº 45/04)</i>	939
e) <i>Aplicação imediata dos tratados de direitos humanos independentemente da regra do § 3º do art. 5º da Constituição</i>	941
9. Os tratados internacionais de direitos humanos nas Constituições latino-americanas...	942
Seção II – O Direito da Carta da ONU.....	946
1. A regra das Nações Unidas	946
2. Ausência de definição da expressão “direitos humanos”	948
3. Um passo rumo à Declaração Universal dos Direitos Humanos.....	949
Seção III – Declaração Universal dos Direitos Humanos	950
1. Introdução	950
2. Estrutura da Declaração Universal.....	951
3. Natureza jurídica da Declaração Universal de 1948.....	953
4. Relativismo <i>versus</i> universalismo cultural.....	956
5. Impacto (internacional e interno) da Declaração Universal de 1948	959
Seção IV – Os Pactos de Nova York de 1966	959
1. A criação dos mecanismos de proteção.....	959
2. Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos	962
3. Protocolo Facultativo ao Pacto sobre Direitos Civis e Políticos.....	965
4. Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais	967
5. Protocolo Facultativo ao Pacto dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais	972
6. Plano das seções seguintes	973
Seção V – Sistema Regional Interamericano.....	973
1. Introdução	973
2. Convenção Americana sobre Direitos Humanos.....	975
3. Comissão Interamericana de Direitos Humanos	978
4. Corte Interamericana de Direitos Humanos	984
5. Processamento do Estado perante a Corte.....	988
6. Eficácia interna das sentenças proferidas pela CIDH	991
7. O problema da execução das sentenças da CIDH no Brasil.....	994
8. Eficácia da sentença para terceiros Estados	997
Seção VI – Sistema Regional Europeu.....	1000
1. Introdução	1000
2. A Convenção Europeia de Direitos Humanos.....	1002
3. A Corte Europeia de Direitos Humanos	1007
4. Aperfeiçoamento institucional do sistema europeu	1017
5. Simetrias e assimetrias entre os sistemas europeu e interamericano de direitos humanos.....	1020

6. Conclusão	1022
Seção VII – Sistema Regional Africano	1023
1. Introdução	1023
2. A Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos	1025
3. A Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos	1030
4. A Corte Africana dos Direitos Humanos e dos Povos	1032
5. Conclusão	1036
Seção VIII – Direitos Humanos no Mundo Árabe	1036
1. Introdução	1036
2. Desenvolvimento	1037
3. Instrumentos	1038
4. Órgãos de proteção	1038
5. Conclusão	1039
Seção IX – Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional	1039
1. Introdução	1039
2. Precedentes históricos da criação do TPI	1040
3. Criação e características do TPI	1046
4. Estrutura e funcionamento do TPI	1050
5. Competência material do TPI	1055
a) <i>Crime de genocídio</i>	1055
b) <i>Crimes contra a humanidade</i>	1057
c) <i>Crimes de guerra</i>	1057
d) <i>Crime de agressão</i>	1060
6. A regra da responsabilidade penal individual	1062
7. As aparentes antinomias entre o Estatuto de Roma e a Constituição brasileira	1065
a) <i>A entrega de nacionais ao TPI</i>	1066
b) <i>A pena de prisão perpétua</i>	1069
c) <i>A questão das imunidades e o foro por prerrogativa de função</i>	1072
d) <i>A questão da reserva legal</i>	1073
e) <i>A questão do respeito à coisa julgada</i>	1073
8. Conclusão	1074

CAPÍTULO II

PROTEÇÃO INTERNACIONAL DO MEIO AMBIENTE

Seção I – O Fenômeno da Proteção Internacional do Meio Ambiente	1077
1. Introdução	1077
2. Emergência e maturidade do Direito Internacional do Meio Ambiente	1079
3. Instrumentos internacionais de proteção	1084
4. Recurso às regras do Direito Internacional clássico	1085
Seção II – Fontes do Direito Internacional do Meio Ambiente	1086

1. Introdução	1086
2. Rol das fontes formais	1086
a) <i>Tratados internacionais</i>	1086
b) <i>Costume internacional</i>	1089
c) <i>Princípios gerais de direito</i>	1089
d) <i>Doutrina e jurisprudência internacionais</i>	1090
e) <i>Decisões e resoluções das organizações internacionais</i>	1090
3. Reavaliação das fontes	1091
Seção III – Meio Ambiente e Direitos Humanos	1092
1. O direito ao meio ambiente como um direito humano fundamental	1092
2. A proteção do meio ambiente no Direito brasileiro	1096
3. A positivação do direito ao meio ambiente sadio no sistema interamericano.....	1098
4. A proteção do meio ambiente nas instâncias regionais de direitos humanos.....	1098
a) <i>Sistema regional interamericano</i>	1099
b) <i>Sistema regional europeu</i>	1101
5. Inter-relação dos direitos humanos com o meio ambiente em outros instrumentos inter- nacionais	1102
Plano da Parte V	1104

PARTE V

DIREITO INTERNACIONAL DO TRABALHO

CAPÍTULO I

NOÇÕES GERAIS DE DIREITO INTERNACIONAL DO TRABALHO

Seção I – Fundamentos, Objetivos e Dimensão Atual do Direito Internacional do Trabalho	1107
1. Introdução	1107
2. Fundamentos	1109
3. Objetivos.....	1110
4. A dimensão atual do Direito Internacional do Trabalho	1111
5. Padrões trabalhistas mínimos e dumping social	1112
a) <i>Posição dos países desenvolvidos</i>	1112
b) <i>Posição dos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento</i>	1115
c) <i>A alternativa do “selo social”</i>	1115
Seção II – A Organização Internacional do Trabalho (OIT).....	1116
1. Introdução	1116
2. Finalidades	1117
3. Competência.....	1119
4. Natureza jurídica	1120
5. Membros.....	1121
6. Estrutura orgânica	1122

CAPÍTULO II

CONVENÇÕES E RECOMENDAÇÕES DA OIT

Seção I – As Convenções da OIT	1127
--------------------------------------	------

1. Considerações gerais	1127
2. Conceito de convenção	1128
3. Natureza jurídica	1130
4. Método negocial	1130
5. Vigência internacional	1131
6. Integração ao Direito brasileiro	1131
7. Incorporação material e formal	1137
8. Primazia da norma mais favorável	1138
9. Interpretação das convenções	1140
Seção II – As Recomendações da OIT	1141
1. Conceito de recomendação	1141
2. Natureza jurídica	1143
3. Integração ao Direito brasileiro	1143
Plano da Parte VI	1144

PARTE VI CONFLITOS INTERNACIONAIS

CAPÍTULO I SOLUÇÕES PACÍFICAS DE CONTROVÉRSIAS INTERNACIONAIS

Seção I – Regras Gerais sobre Soluções de Controvérsias	1147
1. Introdução	1147
2. Conceito de controvérsias internacionais	1148
3. Finalidade da matéria	1149
4. Regra das Nações Unidas	1150
5. Tratado Interamericano de Assistência Recíproca	1151
6. Hierarquia dos meios de solução de controvérsias	1152
Seção II – Meios Diplomáticos	1152
1. Características da solução diplomática	1152
2. Negociação direta	1153
3. Bons ofícios	1154
4. Sistema de consultas	1155
5. Mediação	1155
6. Conciliação	1156
7. Inquérito	1157
Seção III – Meios políticos	1158
1. Entendimento	1158
2. Mecanismos de controle	1158
3. A regra da não ingerência em assuntos internos	1159
Seção IV – Meio Semijudicial (Arbitragem)	1164
1. Diferenças conceituais	1164
2. A arbitragem internacional	1165
3. Os árbitros	1166

4. Cláusula arbitral	1167
5. O processo arbitral.....	1168
6. Laudo arbitral.....	1168
7. Formas de arbitragem	1169
Seção V – Meios Judiciais	1169
1. Introdução	1169
2. A Corte Internacional de Justiça.....	1171
a) <i>Regras sobre os juízes</i>	1172
b) <i>Competência contenciosa e consultiva</i>	1173
c) <i>Competência em razão da matéria</i>	1176
d) <i>Aceite à jurisdição contenciosa</i>	1176
e) <i>Sentença da Corte</i>	1177
f) <i>Idiomas oficiais</i>	1178
3. Tribunais regionais e especializados	1178
4. Consentimento estatal	1179
Seção VI – Sanções ou Meios Coercitivos.....	1180
1. Finalidade dos meios coercitivos.....	1180
2. Retorsão	1181
3. Represálias.....	1182
4. Embargo	1183
5. Boicotagem	1183
6. Bloqueio pacífico.....	1184
7. Rompimento das relações diplomáticas	1185
8. Sanções coletivas internacionais	1185

CAPÍTULO II GUERRA E NEUTRALIDADE

Seção I – A Guerra	1187
1. Introdução	1187
2. Guerra e tecnologia.....	1188
3. Brevíssima gênese da guerra.....	1188
4. Definição de guerra.....	1189
5. Proibição jurídica da guerra.....	1190
6. As leis da guerra	1192
7. A declaração de guerra.....	1193
8. Efeitos da declaração de guerra	1195
9. As hostilidades.....	1195
10. Término da guerra	1196
11. A legítima defesa.....	1197
12. Crimes de guerra.....	1202
13. O terrorismo em Direito Internacional.....	1202

Seção II – A Neutralidade.....	1207
1. Conceito de neutralidade	1207
2. Críticas ao sistema da neutralidade	1208
3. Neutralidade e neutralização	1209
4. Formas de manifestação	1209
5. Neutralidade nas organizações internacionais	1210
6. O futuro do sistema de neutralidade.....	1210
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	1211
OBRAS DO AUTOR	1277